

Sinpro e governo em nova negociação

DF-EDUCAÇÃO

Impasses serão discutidos em reunião com secretários

ÁUREO GERMANO

Professores da rede pública do DF voltam a se reunir amanhã, às 10h, no Teatro Nacional, em assembleia geral. Na pauta do encontro, vários itens debatidos e, segundo o sindicato da categoria, não cumpridos pelo GDF. Entre eles, a implantação de plano de carreira, pagamento de pendências financeiras e o retorno da gestão democrática na escolha dos diretores. Enquanto a situação não se define, a categoria mantém o "estado de greve".

No ano passado, o acordo firmado entre as partes, que pôs fim a uma greve de 54 dias, previu o envio do plano para votação na Câmara Legislativa até dezembro. Com isso, a carreira deveria ser implantada a partir de janeiro deste ano, o que não aconteceu.

Durante reunião entre representantes dos professores e

o GDF, o governador Joaquim Roriz antecipou a tônica da negociação e chegou a afirmar que só terá condições de implantar a carreira a partir do ano que vem.

Além disso, a quitação de pendências financeiras, como o acertos de aposentadorias,

contratos temporários e as mudanças de padrão que estão em atraso, continuam sem definição, conforme informações do diretor do Sinpro, José

Raimundo Oliveira, membro da comissão de negociação da entidade.

Segundo o sindicalista, não há clima para a greve.

"No entanto, o Sinpro vai intensificar a campanha sobre o

movimento grevista para conscientizar a sociedade e a

categoria sobre as dificulda-

des enfrentadas pelos profissionais de ensino" afirmou o diretor do sindicato.

O secretário de Assuntos Sindicais, Edimar Pireneus, afirmou que o governo está tentando viabilizar o atendimento das solicitações da

categoria quanto ao plano de carreira e a outras reivindicações ligadas a área social.

O assunto

voltará a ser discutido hoje, durante reunião entre representantes do governo

no e do sindicato dos professores.

Do encontro, que está

marcado para às 10h, na sede

da Secretaria de Assuntos Sindicais, no SAAN, também

estão previstas as participações das secretárias de Gestão Administrativa, Maria Cecília Landim, e de Educação, Maristela de Melo Neves.

Na pauta de negociações da categoria estão

41

itens que o GDF alega não ter como cumprir

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

RICARDO MARQUES



- Reformulação e implantação do Plano de Carreira da categoria, com efeito retroativo a janeiro deste ano
- Incorporação dos 21,57% restantes da gratificação TIDEM (Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público)
- Pagamento de pendências financeiras (acertos de aposentadorias, mudanças de padrões, contratos temporários, etc)
- Criação de planos de saúde e moradia para os profissionais
- Retomada de eleições para a escolha dos diretores da escolas públicas
- Reajuste do auxílio alimentação, com acerto retroativo a janeiro de 1996 e com valor equivalente ao concedido aos servidores da Câmara Legislativa
- Pagamento de seis dias parados e já repostos, referentes ao exercício de 1999
- Criação de gratificação para profissionais que ocupam cargos em instituições de liberdade restrita (penais), no percentual de 120% sobre o vencimento

GDF alega não ter recursos

Apesar das diversas rodadas de negociação realizadas entre governo e professores, neste ano, ainda não houve progresso. De um lado, os profissionais de ensino querem assegurar a conquista de boa parte dos 41 itens constantes de sua pauta. Do outro, o Governo do Distrito Federal alega faltar recursos para resolver os problemas dos profissionais do setor.

Segundo o diretor do Sinpro, José Raimundo Oliveira, a

alegação dada pelo governo de que não existem recursos para a implantação do plano de carreira, divulgada na semana passada, foi como um balde de água fria nas pretensões dos trabalhadores. "Não sei se é de interesse do governo nos empurrar para uma greve", disse.

A esperança da categoria está na reunião que será realizada na Secretaria de Assuntos Sindicais. O sindicalista espera que o governo traga novidades quanto às reivindi-

cações, principalmente em relação à questão prioritária para os profissionais de ensino: a criação do plano de carreira da categoria.

Amanhã, os professores realizarão uma assembleia no estacionamento do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Além de tratar de assuntos relacionados à campanha salarial, os profissionais vão se unir ao protesto contra a reforma da Previdência proposta pelo governo federal.

SETOR PRIVADO A CAMINHO DO DISSÍDIO

■ Enquanto os professores da rede pública e governo tentam esgotar os canais de negociação, o acordo entre patrões profissionais de ensino das escolas particulares encaminha-se para o dissídio

■ Os profissionais que trabalham com a Educação Básica recusaram, durante assembleia realizada no sábado, a proposta dos patrões

■ O principal ponto de discussão, segundo o diretor de Assuntos Educacionais do Sinpro, Rodrigo de Paula, é quanto ao índice de reajuste

■ Os profissionais pedem 19,36%. Por outro lado, os patrões querem conceder o reajuste de acordo com as faixas salariais dos empregados

■ Com isso, segundo o Sinpro, alguns professores ficarão com reajustes inferiores a 5%

■ Hoje, à tarde, haverá uma reunião entre o Sinpro e o Sindicato dos patrões onde novas linhas de debate sobre os reajustes poderão ser abertas

■ Segundo o Sinpro, existem cerca de 14 mil professores de Educação Básica na rede de ensino particular